

# **PLANO DE ATIVIDADES 2016**

## Prosseguimos uma Visão e um Caminho para a Cultura do Algarve em 2016

O processo de estabelecer uma agenda regional para a Direção Regional de Cultura do Algarve partiu do mesmo lema reconhecido no âmbito do seu planeamento estratégico de 2015: ***Cultura e património no Algarve, valores a reforçar e a democratizar.***

O Plano de Actividades de 2016 expressa, dentro das condicionantes orçamentais e financeiras que conhecemos, um conjunto de ações e critérios de avaliação que facilitam o alinhamento dos nossos recursos, de modo a satisfazer as necessidades e corresponder às expectativas de todos aqueles a quem pretendemos prestar um serviço público, e que serão afectados pelas nossas escolhas.

A cultura como factor de competitividade emerge crescentemente como dimensão principal das estratégias de desenvolvimento regional e local, associando-se sobretudo com questões de diferenciação e singularidade que distinguem um determinado local, de outros. Todavia, o valor da cultura vai para além desta dimensão e inclui valores estéticos, sociais, espirituais, históricos, simbólicos, entre outros.

No âmbito económico o seu valor é fundamentalmente avaliado como factor de competitividade, capaz de gerar emprego, fluxos monetários, atrair visitantes e contribuir para o PIB. Contudo, o valor da cultura enquanto veículo de integração e coesão social, meio de expressão e afirmação das comunidades no exterior, reforço da cidadania, e como meio de concretização da noção de sustentabilidade, tem dimensões não mensuráveis através de parâmetros meramente económicos ou quantitativos.

Na agenda regional do Algarve, ainda que timidamente, as actividades culturais têm vindo a ganhar maior protagonismo, a que se associam o crescimento e a importância estratégica das indústrias culturais e criativas, sobretudo pelas dinâmicas criadas pelo tecido associativo, e municipal em rede, pela Universidade do Algarve e alguma iniciativa privada.

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende, mas esse não deve ser objectivo primeiro ou exclusivo. Esse pode ser uma condição para pensar o Algarve em conjunto com outros territórios e procurar a sua

afirmação para além das suas fronteiras. É disso testemunho directo o reconhecimento da Marca do Património Europeu para o Promontório de Sagres e a candidatura dos “Lugares da Primeira Globalização” à lista indicativa do Património Mundial junto do Comité Nacional da UNESCO.

No Algarve, o Estado Português a através destes serviços administra diretamente oito imóveis classificados como bens culturais de grau nacional, que procura preservar e contribuir para a fruição pública por públicos diversos, entre os quais, estudantes, visitantes e turistas.

Esses oito sítios desempenham um papel incontornável na programação de atividades de extensão cultural: na mediação de saberes, na conceção e curadoria de exposições, na qualificação das experiências de visita, na mobilização de recursos, mormente voluntariado e na angariação de financiamentos.

O Algarve é uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais, pelo que se destaca o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respetivo concelho. Contudo, há necessidade de mais projetos de complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.

No decurso deste ano prosseguirão os desafios na documentação e inventariação também do Património Cultural Imaterial da região, com propostas de inscrição no inventário nacional do PCI.

A prossecução do trabalho em rede com os municípios e com outras entidades regionais nomeadamente a Região de Turismo do Algarve, a CCDR Algarve e a AMAL, nos domínios da valorização, da promoção e da divulgação de vários projectos de cooperação transfronteiriça e internacionais, nomeadamente na definição de itinerários e percursos regionais, na criação de plataformas conjuntas e no planeamento de actividades irá continuar.

Preocupam-nos o défice de apoio às actividades artísticas nos primeiros ciclos de ensino, a manutenção futura e a sustentabilidade das poucas estruturas profissionais existentes na região e a oportunidade de aparecimento de outras que possam contribuir para a qualificação artística e cultural da região, bem como alguma incapacidade de

investimento para responder a todas as necessidades de manutenção e salvaguarda dos monumentos e do património classificado da região.

Na área do património cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste recurso como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no *cluster* regional da cultura e do turismo.

Como **visão** a promover nesta Direção Regional estabelecemos:

*Ser reconhecido como serviço de referência no apoio à defesa, à salvaguarda e à valorização do património cultural imóvel, móvel e imaterial, mas também na actividade criativa e na promoção da identidade cultural, da região do Algarve.*

O nosso compromisso com o serviço público levam-nos a reconhecer que todos temos dificuldades e constrangimentos à nossa actuação na prossecução do Plano apresentado, mas o envolvimento e o entusiasmo de cada um de nós, e desta equipa no seu conjunto, será o garante principal da concretização deste compromisso alargado.

Mantemos assim o sonho, a esperança, o desejo, e a vontade constantes, de um trabalho neste sentido, de continuar incessantemente a contribuir para as dinâmicas que conduzam a este crescimento e, reconhecimento colectivo e individual da nossa cultura.

Como entidade facilitadora da cultura, das artes e do património, prosseguimos na identificação e aproximação de vontades que contribuam para um território mais cultural.

## Caracterização do Ambiente Interno

A Lei Orgânica da Presidência do Conselho de Ministros – Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro – define no artigo 29.º as Direcções Regionais de Cultura como “serviços periféricos da PCM na área da cultura, que têm por missão, na sua área de atuação geográfica e em articulação com os organismos centrais da PCM, na área da cultura, a criação de condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das acções relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património arquitetónico e arqueológico, e ainda o apoio a museus”.

Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio define no número 2 e 3 do artigo 2.º as atribuições das Direcções Regionais de Cultura. Estes serviços periféricos da administração direta do Estado, dotados de autonomia administrativa, atuam em duas áreas principais:

1. na salvaguarda e gestão do património cultural, com três vertentes: uma, de salvaguarda dos bens culturais móveis, imóveis e imateriais, uma outra, de gestão dos monumentos afetos e respetivos equipamentos culturais, e uma terceira, de apoio aos museus; e,
2. na promoção da criação artística, neste caso com duas vertentes uma de fiscalização das estruturas financiadas pelos organismos da PCM da área da cultura e uma outra, no apoio ao tecido cultural não profissional da sua área territorial.

O referido diploma legal de constituição das DRC's cria também o lugar de Diretor Regional e de Diretor de Serviços. Posteriormente, a Portaria n.º 227/2012, de 3 de agosto fixa o número de Unidades Orgânicas Flexíveis – que no caso da Direção Regional de Cultura do Algarve se traduziu em apenas 1.

A Direção Regional de Cultura do Algarve criou por Despacho da Diretora Regional a seguinte unidade orgânica flexível: Divisão de Administração e Recursos (Despacho n.º 11147/2012, de 16 de agosto) (conforme figura n.º 1 que apresenta o actual organograma da Direção Regional da Cultura do Algarve).

## Estrutura Orgânica:

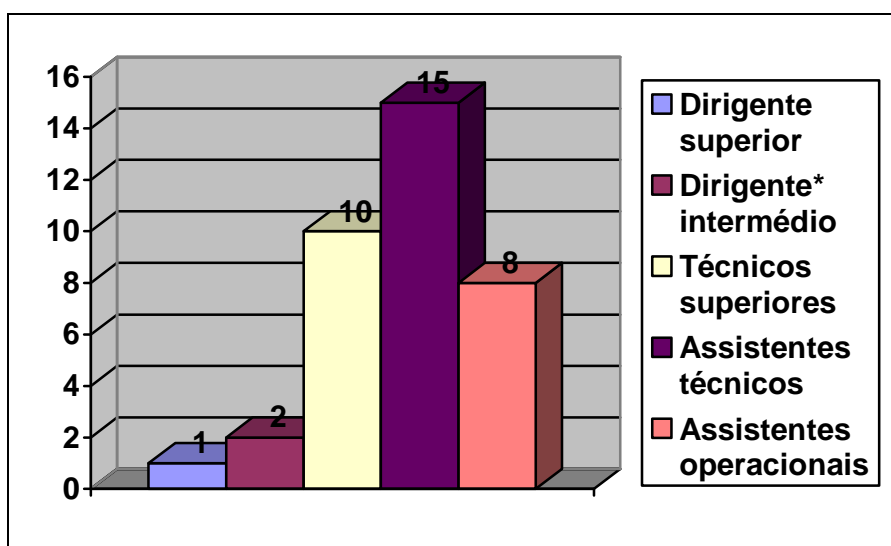
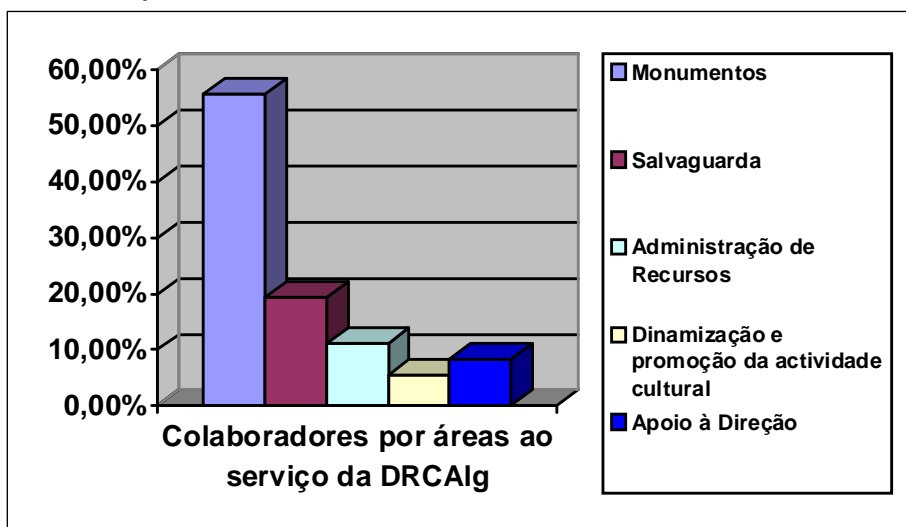
A Direção Regional de Cultura do Algarve possui oito monumentos afetos, dos quais quatro têm abertura regular ao público com bilheteira: ruínas romanas de Milreu (Faro); Monumentos megalíticos de Alcalar (Portimão), Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe (Vila do Bispo) e Fortaleza de Sagres (Vila do Bispo). Um está inserido no âmbito de actuação da Câmara Municipal de Loulé e do seu Museu Municipal, o Castelo de Loulé (Loulé); outro tem protocolo de gestão partilhada com a Câmara Municipal de Albufeira e prevê-se a abertura regular ao público no corrente ano, o Castelo do Paderne (Albufeira) e outro está a ser gerido em conjunto com a Câmara Municipal de Portimão (Alcalar); as ruínas romanas da Abicada (Portimão) encontram-se sem abertura ao público; o Castelo de Aljezur (Aljezur) aguarda resposta à proposta de protocolo para gestão partilhada com a Câmara Municipal de Aljezur e encontra-se aberto sem bilheteira.

Figura n.º 1 – Organigrama da Direção Regional da Cultura do Algarve



A DRC Algarve dispõe em 2016 para a prossecução dos seus objetivos, projetos e atividades, de um total de 43 trabalhadores inscritos no Mapa de Pessoal, aprovado, dos quais só 36 estão ocupados, que se caracterizam conforme o quadro abaixo indicado.

Figura n.º 2 – Distribuição dos colaboradores por áreas funcionais



(\*) inclui Director de Serviços de Bens Culturais e Chefe de Divisão de Administração e Recursos

Figura n.º 3 – Distribuição dos colaboradores por categorias no Mapa de Pessoal 2016

A distribuição dos colaboradores pelos espaços físicos sob gestão da Direção Regional efectua-se da seguinte forma:

1. Sede da Direcção Regional de Cultura em Faro: 3 dirigentes (1 Diretora Regional, 1 Diretor de Serviços, 1 Chefe de Divisão), 7 técnicos superiores, 4 assistentes técnicos e 2 assistentes operacionais.

## 2. Monumentos Afetos

- 2.1 Fortaleza de Sagres: 3 técnicos superiores, 8 assistentes técnicos e 5 assistentes operacionais;
- 2.2 Ruínas romanas de Milreu: 2 assistentes técnicos e 1 assistente operacional.
- 2.3 Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe: 1 assistente técnico.

Sobre os recursos humanos, em 2016 contamos preencher todos os lugares vagos do mapa de pessoal recorrendo a:

1. Concurso interno para preencher o lugar de arquiteto, uma vez que compromete o cumprimento das nossas atribuições e se encontra preenchido em regime de mobilidade;
2. A consolidação da mobilidade de um Engenheiro Civil em virtude da aposentação do único titular;
3. A necessidade de consolidação da mobilidade do coordenador técnico de Recursos Humanos, pois é atualmente o único trabalhador nessa área;
4. Mobilidade para 1 Técnico Superior na área de Gestão para execução de tarefas na área orçamental, aquisições de serviços e outras tarefas inerentes à DAR;
5. Mobilidade de 1 Jurista para o apoio à DAR e DSBC no cumprimento da legislação nas tarefas e procedimentos realizados;
6. Mobilidade de 1 arquiteto atendendo ao aumento de processos de obras e imóveis classificados a serem tratados pela DSBC;
7. Concurso interno/mobilidade de 1 Técnico Superior na área de assessoria/comunicação para execução das GOP e acompanhamento de estruturas associativas locais;
8. A necessidade de 2 administrativos para a DSBC para apoio à Direção de Serviços e técnicos da DSBC e para a gestão dos monumentos, através de mobilidade;
9. Mobilidade de 1 assistente técnico para a DAR atendendo à necessidade de assegurar as tarefas da competência da DAR, nomeadamente atendimento ao público, apoio ao arquivo e aos processos de despesas;



## Caracterização do Ambiente Externo

A posição geográfica do Algarve coloca-o na ponta sul do país e por isso longe dos principais aglomerados populacionais, pelo que as dinâmicas associadas a estes recursos têm que envolver os visitantes – turistas da região para que consiga a afirmação que se pretende. Numa abordagem macro cultural, nos anos 90 do século XX verificou-se um elevado investimento, sobretudo de âmbito municipal que se prolongou até anos mais recente em novos equipamentos culturais.

A oferta de equipamentos conta com mais de 241 espaços culturais que incluem arquivos, bibliotecas, galerias, museus e salas de espectáculos (teatros, cineteatros, cinemas). Todos os municípios possuem pelo menos um espaço cultural ou uma galeria, ou um núcleo museológico.

A base de dados regional conta também com um número de mais de 304 instituições culturais com actividade na região, ainda que esta informação careça de actualização.

Importa referir também que a rede de Bibliotecas Públicas abrange todos os municípios (com excepção de Monchique), a Rede de Museus do Algarve (que inclui todos os concelhos com museus, excluindo Monchique e Vila do Bispo).

Neste momento o Algarve conta apenas com 4 museus acreditados na Rede Nacional de Museus (Faro, Tavira, Portimão e Albufeira), mas outros 3 têm o processo iniciado. A Rede Regional de Museus por sua vez, tem um carácter informal e promove o desenvolvimento de projectos conjuntos, a partilha de experiências educativas e de formação entre museus, assim como, promove o intercâmbio técnico em várias áreas como é o caso da arqueologia e da conservação e restauro. Desde 2014, a Direção Regional da Cultura do Algarve também passou a integrar esta Rede e com frequência promove ações de formação destinadas aos técnicos dos museus.

Na sequência destas outras redes também os Arquivos se juntaram criando uma rede regional e prosseguindo objectivos semelhantes. Os teatros estão também a desenvolver um percurso semelhante assente sobretudo numa programação em rede.

Com revisão do regulamento dos Apoios ao Associativismo, tendo em vista a criação de critérios associados a uma definição de estratégia regional para a cultura e a separação

dos Apoios à Edição, dos demais apoios à ação cultural. Esta separação permitiu a criação de uma linha editorial.

A concentração de actividades, de espaços e de agentes culturais na faixa litoral da região, que coincide com as áreas de maior densidade populacional, levaram à introdução de factores de ponderação na matriz que procuram dar contributos para um combate à desertificação cultural do interior e para uma maior democratização cultural.

Por outro lado, a responsabilidade da marca da Direção Regional da Cultura do Algarve no apoio às edições (livros, música e filmes) levou a que para além da separação destes apoios dos demais, se criasse uma comissão regional de especialistas para promover uma avaliação de base científica e académica dos trabalhos a apoiar anualmente.

As bandas filarmónicas, as casas do povo e os grupos folclóricos têm também uma representação mais homogénea na faixa central do Algarve e possuem um papel fundamental na manutenção e promoção dos valores culturais tradicionais pelo que têm merecido uma atenção nos apoios e actividades deste organismo.

Em termos de projectos artísticos de dimensão regional e âmbito profissional temos a destacar a ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve que através do seu projecto educativo – o VaTe (Vamos apanhar o teatro) descentraliza as suas propostas levando ao interior e a comunidades de menor dimensão um autocarro que inclui um pequeno auditório para as representações; a Orquestra Clássica do Sul (antiga Orquestra Regional do Algarve), que é gerida pela Associação de Música do Algarve e que tem como associados 14 dos 16 municípios algarvios, bem como a Universidade do Algarve e a Região de Turismo do Algarve, com a mudança da designação a Associação está a trabalhar no sentido de ter como associados os Municípios do Alentejo, bem como a Região de Turismo do Alentejo e a Universidade de Évora; o Laboratório de Artes Criativas de Lagos, com forte presença das artes plásticas, das artes visuais, da música e da pintura e que promove residências artísticas com o apoio da DGArtes e o espaço alternativo que possui uma maior presença da dança – o CAPA – Centro de Artes Performativas do Algarve, gerido pela associação Devir em Faro.

De referir também o Conservatório Regional de Música do Algarve (em Faro), o Conservatório de Música de Albufeira, o Conservatório de Música de Olhão, o Conservatório de Vila Real de Santo António e um conjunto de várias Academias (com

grande destaque para Lagos, Portimão, Loulé e Tavira) que promovem o ensino artístico na região com especial enfoque na música. As bandas e grupos filarmónicos também possuem associadas escolas de música, o que possibilita uma ampla cobertura do território em termos de formação musical.

No domínio do património cultural, compete à Direção Regional de Cultura definir uma estratégia regional de intervenção no património cultural edificado e estabelecer prioridades para as ações de salvaguarda e valorização, já que tem entre as suas atribuições a elaboração de um Plano Regional de Intervenções Prioritárias, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 2.º do Decreto Lei n.º 114/2012, de 25 de maio.

Este Plano fundamenta a proposta anual, a apresentar à DGPC das intervenções em matéria de estudo e salvaguarda no património arquitectónico e arqueológico, bem como os programas e projetos, anuais e plurianuais, da sua conservação, restauro e valorização, procurando garantir, articuladamente com a entidade nacional de tutela, a promoção e execução das ações.

Desde Janeiro de 2010 que se iniciou a elaboração regular do Plano Regional de Intervenções Prioritárias para o Algarve/PRIPALG, com o levantamento do património em risco na região, o que tem permitido estabelecer prioridades regionais e definir investimentos e prazos de intervenção. Estas prioridades têm ajudado também a definir as intervenções dos municípios e contribuído para a seleção dos apoios a obras no âmbito do quadro de regional de financiamentos no âmbito do Programa Operacional Regional.

A metodologia utilizada neste instrumento operativo tem privilegiado um diálogo com os Municípios e constitui-se como um documento aberto, sendo atualizado anualmente, facilitando uma ação regional concertada.

A partir de 2012, que em face das circunstâncias de remodelação dos serviços decorrente do PREMAC, se tem procedido apenas a uma atualização pontual da tabela de análise e ao restabelecimento ocasional de prioridades.

Os critérios de prioridade nas intervenções distinguem-se em duas vertentes: salvaguarda e valorização, e estabelecem três ordens de critérios de prioridade: de índole patrimonial, socioeconómica e material.

Relativamente às intervenções em bens culturais imóveis classificados, verifica-se que durante o ano de 2015 foram efetuadas obras de consolidação/conservação ou restauro em 18 imóveis classificados de grau nacional, entre os quais se contam 8 Monumentos Nacionais mas apenas 1 monumento afeto à DRCAlg (Torre e Muralhas de Sagres, MN).

O PRIPALG 2015, que avalia o estado de conservação do património classificado e prioriza as intervenções a realizar em 2016, foi realizado em cooperação com 14 das 16 autarquias da região e identifica as necessidades de consolidação/conservação prioritária em 60 imóveis classificados de grau nacional.

Uma particular relevância é conferida às necessidades de intervenção em bens culturais imóveis classificados de grau nacional que se encontram ameaçados pela instabilidade das arribas e pelo recuo da linha de costa, contando-se um total de 8 imóveis classificados nesta situação, entre os quais 1 Monumento Nacional (Torre e Muralhas de Sagres), situação que foi monitorizada em cooperação com a APA/ARH-Algarve.

As necessidades de intervenção identificadas em imóveis classificados de grau nacional e de grau municipal apresentam uma clara discrepância, verificando-se um maior peso daqueles, mas tal fica a dever-se a que, na região, o número de imóveis classificados com grau nacional (26 Monumentos Nacionais e 102 de Interesse Público) supera amplamente os classificados com grau municipal (33).

Esta situação não é anómala se comparada com o resto do país mas deverá ser tendencialmente corrigida, no sentido de inverter o panorama regional atual, onde apenas num município (Silves) os imóveis classificados de grau municipal superam, embora apenas ligeiramente, os de grau nacional (19 para 17), incentivando os municípios a desencadearem procedimentos de proteção legal para os imóveis com relevância a nível concelhio.

No Algarve, o Estado Português administra diretamente oito destes «sítios», mediante a sua afetação à Direção Regional de Cultura do Algarve. São imóveis classificados como bens culturais de grau nacional, preservados e preparados de forma a possibilitar o acolhimento simultâneo de públicos diversificados, entre os quais, estudantes, visitantes e turistas.

Esses oito sítios desempenham um papel incontornável na programação de atividades de extensão cultural: na mediação de saberes, na conceção e curadoria de exposições, na

qualificação das experiências de visita turística, na mobilização de recursos, mormente voluntariado e na angariação de financiamentos.

**Figura n.º 4 – Caracterização do Ambiente Externo**

OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Clima ameno, hospitalidade e ambiente de segurança que se vive na região que contribuem para a atratividade turística da região e para a fixação de estrangeiros residentes que possuem hábitos de consumo cultural</li> <li>• Maior disponibilidade de trabalho em rede pelos diferentes níveis de organismos da administração pública de diferentes áreas</li> <li>• Taxas de crescimento muito positivas do turismo internacional devido às perturbações políticas e económicas de alguns mercados concorrentes</li> <li>• Tecido cultural jovem e dinâmico apesar das dificuldades de apoio</li> <li>• Oportunidades de cooperação transfronteiriça com a Andaluzia que revela interesse em trabalhar em projectos conjuntos de reabilitação e valorização patrimonial</li> <li>• Conjunto de equipamentos com boas condições de acolhimento de diversidade de eventos</li> <li>• Definição de estratégia conjunta entre a educação e a cultura em termos nacionais, estabelecendo-se como objectivo obrigatório a constituição do perfil cultural dos alunos ao longo da sua vida escolar</li> <li>• Presença na região da Universidade do Algarve que tem vindo a desenvolver o ensino mas também a investigação nos domínios das artes, do património e da cultura com capacidade e potencial de desenvolvimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades financeiras dos municípios que estrangulam a capacidade de investimento em programação cultural e o apoio ao associativismo nestas áreas</li> <li>• Apoio às artes na região tem sido muito reduzido comparativamente ao resto do país e descontinuado em alguns projectos</li> <li>• Desinvestimento da administração central numa Agenda regional de eventos com vista à dinamização cultural do Algarve</li> <li>• Tecido cultural profissional muito débil e com dificuldade de circulação para fora do Algarve</li> <li>• Dificuldades de organização e mobilização dos movimentos de cidadania para o apoio voluntário nestas áreas</li> <li>• Incapacidade de investimento na salvaguarda do património cultural classificado da região por falta de investimento público (nível local, regional e nacional) mas também pela baixa comparticipação dos fundos europeus na região que obrigam a uma contrapartida pública muito elevada</li> <li>• Total desinteresse e apoio mecenático do tecido empresarial regional às artes, cultura e património</li> </ul>

Neste contexto, de uma região ainda com assimetrias no acesso à cultura e aos bens culturais é de referir o papel das autarquias como fundamental quer na realização de infra-estruturas culturais, quer no apoio aos agentes culturais do respetivo concelho. Contudo, falta ainda conseguir mais projetos de complementaridade territorial, para que a região possa beneficiar do conjunto.

No decurso deste ano outros desafios na documentação e inventariação, e também no apoio à preservação do Património Cultural Imaterial da região do Algarve foram sendo desenvolvidos e em 2016 serão apresentadas novas propostas de inscrição no Inventário nacional do PCI.

As indústrias criativas também fizeram parte da agenda na relação com o CRIA da Universidade do Algarve e com a CCDR Algarve foram-se estreitando relações e apoio ao design e aos ofícios.

A continuação do 1.º Prémio Regional Maria Veleda, iniciado em 2014, que promove personalidades da região procurando contribuir para a afirmação e valorização da cultura na região.

O ano de 2016 será um ano de continuidade deste trabalho, procurando melhorar a estratégia de comunicação e o trabalho em rede.

Preocupam-nos o défice de apoio às actividades artísticas nos primeiros ciclos de ensino, a manutenção futura e a sustentabilidade das poucas estruturas profissionais existentes na região e a oportunidade de aparecimento de outras que possam contribuir para a qualificação artística e cultural da região, a incapacidade existente no momento dos municípios para apoiar as artes e a cultura, e a nossa dificuldade de investimento na manutenção e salvaguarda dos monumentos e do património classificado da região.

Na área do património cultural e da sua preservação e divulgação temos assistido a uma maior consciência deste recurso como uma riqueza endógena que pode e deve ser potenciada no *cluster* regional da cultura e do turismo. A realização de estudos, sobretudo no campo disciplinar da arqueologia, bem como a musealização de alguns sítios arqueológicos tem contribuído para a criação de rotas temáticas.

## Identificação dos stakeholders

No âmbito de atuação das DRC's definido pelo Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio, os principais *stakeholders* identificados e que contribuem, também, para o desenvolvimento da missão e/ou que são os seus destinatários identificam-se no quadro abaixo.

**Figura n.º 5 – Caracterização do Ambiente Externo**

<b>Parceiros e Clientes</b>
Tutela (Ministério da Cultura)
Secretaria-Geral do Ministério da Cultura
Organismos da Administração Pública Central e Regional, dos quais se destacam: - DGPC – Direção Geral do Património Cultural - DGArtes – Direção Geral das Artes; - GEPAC – Gabinete de Estratégia Planeamento e Avaliações Culturais; - DGAEP – Direção Geral Administração e Emprego Público; - DGeste (Direção de Serviço dos Estabelecimentos Escolares do Algarve).
Outros organismos regionais, dos quais se destacam: - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve; - Universidade do Algarve; - AMAL - Área Metropolitana do Algarve - RTA – Região de Turismo do Algarve Através da realização de projetos pontuais ou de parcerias mais alargadas na área patrimonial e de criação artística.
Agentes culturais profissionais – através do acompanhamento e avaliação das atividades apoiadas pelos organismos da área da cultura da PCM, nomeadamente a DG Artes.
Agentes culturais não profissionais – através do apoio ao associativismo cultural e à valorização e divulgação dos trabalhos de criação, produção e divulgação das artes na região.
Universidade do Algarve/Grupos de Investigação, Grupos de Ação Cultural e Biblioteca Central
A Diocese do Algarve, as Misericórdias do Algarve e outras entidades privadas detentoras de património classificado que carece de acompanhamento na análise dos seus projectos de intervenção.
As autarquias – como parceiras para a salvaguarda do património e para a realização de iniciativas conjuntas e apoio aos agentes culturais locais, bem como para a implementação de uma estratégia cultural regional.
Cidadãos e população em geral – através da análise de processo de obras, do apoio à classificação de imóveis, de emissão de certidões.
Visitantes dos monumentos afetos – através de inquéritos e de caixas de sugestões possibilitando a aferição do grau de satisfação dos mesmos.
População escolar – através da oferta de iniciativas na área da Educação Patrimonial.

## Tipificação dos serviços fornecidos/produtos/destinatários

Os serviços prestados pela Direcção Regional de Cultura do Algarve emanam das atribuições definidas nos números 2 e 3 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 114/2012, de 25 de maio. No desenvolvimento da sua actividade e no âmbito das atribuições identificadas a Direcção Regional de Cultura do Algarve presta os serviços enunciados no quadro seguinte e disponibiliza os seguintes produtos:

**Figura n.º 6 – Serviços e Fornecedores**

Direcção Regional de Cultura do Algarve		
Serviços	Principais produtos	Destinatários
Apoiar iniciativas culturais locais ou regionais que, pela sua natureza, correspondam a necessidades ou aptidões específicas da região e não integrem programas de âmbito nacional	Relatórios de acompanhamento e finais das iniciativas; Realização de edições; Divulgação na página WEB de iniciativas, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais  Agentes culturais
Apoiar agentes, estruturas, projetos e ações de carácter não profissional nos domínios artísticos e da cultura tradicional	Regulamento de Apoio ao Associativismo; Relatório de análise das candidaturas; Relatório de acompanhamento e final das candidaturas; Realização de espetáculos, exposições, colóquios, edições; Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Associações culturais  Agentes culturais não profissionais
Assegurar o acompanhamento das atividades e a fiscalização das estruturas apoiadas pela área da cultura da PCM	Relatório de acompanhamento a entregar à DGArtes	Agentes culturais profissionais
Propor à DGPC o plano regional de intervenções prioritárias em matéria de estudo e salvaguarda do património arquitetónico e arqueológico	Elaboração e atualização do plano Publicitação na página WEB, facebook, blog e outros meios de divulgação	Autarquias  Direção Geral do Património Cultural
Assegurar, no âmbito das respetivas	Participação nas comissões de	Autarquias



atribuições, a representação da DRC em sede da elaboração dos planos directores municipais bem como apoiar a DGPC na elaboração de estudos de impacte ambiental, dos planos de pormenor de salvaguarda e de reabilitação urbana e demais instrumentos de gestão territorial	acompanhamento e emissão de pareceres	Comissão Coordenação Regional do Algarve  Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar e fiscalizar a execução de intervenções nas zonas de proteção de imóveis classificados ou em vias de classificação.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Pronunciar -se e submeter a apreciação da DGPC os estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais classificados como monumento nacional ou interesse público, ou em vias de classificação, e nas zonas de proteção dos imóveis classificados afetos à DGPC.o	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os processos de classificação e fixação das zonas especiais de proteção de imóveis de interesse nacional e de interesse público.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Acompanhar, as ações de salvaguarda e valorização do património arquitetónico e arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Emitir parecer sobre planos, projetos, trabalhos e intervenções de iniciativa pública ou privada com impacto arqueológico.	Emissão de pareceres	Direção Geral do Património Cultural
Apoiar e colaborar na inventariação sistemática e atualizada dos bens que integram o património arquitetónico.e arqueológico.	Informação	Direção Geral do Património Cultural
Instruir e submeter à apreciação da DGPC os pedidos de autorização para a realização de trabalhos arqueológicos.	Instrução de processos	Direção Geral do Património Cultural

Fiscalizar e acompanhar os trabalhos arqueológicos autorizados pela DGPC.	Elaboração de relatórios	Direção Geral do Património Cultural
Gerir os monumentos afetos e assegurar as condições para a sua fruição pelo público	Assegurar a abertura dos monumentos à fruição pública Realização de materiais de divulgação e pedagógicos dos monumentos Realizar e execução de programas de manutenção dos monumentos Realização e execução de programas de Educação Patrimonial	População em geral Escolas
Realizar o processo instrutório de licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados, ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de proteção, bem como nas áreas com sensibilidade arqueológica, realizar processos instrutórios de propostas de classificação e instruir os processos de licenciamento de trabalhos arqueológicos.	Emissão de pareceres instrutórios para decisão vinculativa ou para envio à DGPC Emissão de pareceres e instrução de processos de classificação para decisão da DGPC Publicitação das consultas públicas das decorrentes na página Web, no facebook, no blog e noutros meios de divulgação	Autarquias locais População em geral
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a museus integrados na Rede Portuguesa de Museus e a outros localizados na região	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas técnicas	Museus e entidades museológicas da região  Autarquias  Privados que façam a gestão de museus
Dar apoio técnico, em articulação com a DGPC, a processos de inventariação e registo do Património Cultural Imaterial	Emissão de pareceres técnicos; Realização de visitas de levantamento e registo das práticas e manifestações de PCI	Autarquias  Agentes culturais  População em geral
Emitir parecer sobre projetos enquadráveis no âmbito do mecenato cultural e sobre quaisquer outras matérias que lhe sejam solicitadas no âmbito dos serviços e organismos da área da cultura.	Emissão de pareceres técnicos Informações	Gabinete do Secretário de Estado da Cultura  GEPAC

## II. Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos delineados para o ano de 2016, e nos quais se enquadram os objetivos operacionais a prosseguir no mesmo ano são os seguintes:

### OE1: Valorizar o capital humano

**Objectivo Operacional 1.1:** Manter atualizados os instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região e desenvolver instrumentos de apoio à respetiva monitorização.

**Objectivo Operacional 1.2:** Estabelecer parcerias e identificar financiamentos com vista à implementação do **Projecto Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve (BRACALG)** (informação estatística) – há algum histórico no seio da CCDRALgarve pois procederam, via protocolo com o INE, a um trabalho de vários indicadores que incluíam os da Cultura e que podíamos tentar alimentar com várias parcerias: CRIA/Universidade do Algarve, CCDRALg, INE, DRCAlg e talvez um parceiro privado (a estudar e dependente de financiamento no seio do novo PO Regional).

**Objectivo Operacional 1.3:** Desenvolvimento de candidatura para a viabilização de uma **Plataforma Regional das Artes e Cultural (PRACultAlg)** (identificação e georreferenciação dos equipamentos, monumentos, vestígios arqueológicos, das rotas, agenda, produção cultural e indústrias criativas na região).

**Objectivo Operacional 1.4:** Promover o **estudo de públicos dos monumentos do Algarve** (não existe nenhum até ao momento, mas dependentes de financiamento).

### OE2: Promover o desenvolvimento de plataformas de TIC e de indicadores

**Objectivo Operacional 2.1** Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg.

**Objectivo Operacional 2.2** Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional.

### OE3: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional

**Objectivo Operacional 3.1:** Promover a inventariação de manifestações culturais tradicionais imateriais, individuais e coletivas, através do registo videográfico, fonográfico e fotográfico.

**OE4: Melhorar os processos de comunicação externa e interna**

**Objectivo Operacional 4.1-** Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade.

**Objectivo Operacional 4.2** - Promover a formação profissional.

**Objectivo Operacional 4.3** – Promover a medicina no trabalho.

**OE5: Conservar, salvaguardar e valorizar os bens culturais**

**Objectivo Operacional 5.1.** Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

**OE6: Reforçar o valor percebido da cultura**

**Objectivo Operacional 6.1.** Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

**Objectivo Operacional 6.2.** Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos.

**OE7: Democratizar o acesso à cultura**

**Objectivo Operacional 7.1** Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos.

**OE8: Aumentar as receitas próprias**

**Objectivo Operacional 8.1.** Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região.

**Objectivo Estratégico 1: Valorizar o capital humano**

Objectivo Operacional oo8: Promover a formação profissional					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
16	Frequência de ações de formação, seminários,	40%	Taxa de frequência (trabalhadores da	Relatório de Atividades;	DAR

	workshops, sessões de esclarecimentos, entre outros, pelos trabalhadores da DRCAlg		DRCAlg) em sessões formativas.	RAF; Balanço Social	
<b>Objectivo Operacional 00g: Promover a medicina no trabalho</b>					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Respon- sabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
17	Submissão dos trabalhadores a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho.	40%	N.º de trabalhadores submetidos a consulta médica no âmbito da segurança e saúde no trabalho/N.º total de trabalhadores em 2015.12.31*100	Relatório de Atividades; Balanço Social; Contab; Processo Individual	DAR

**Objectivo Estratégico 2: Promover o desenvolvimento de plataformas de TIC e de indicadores**

<b>Objectivo Operacional: OO1. Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg</b>					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	Meio de verificação	
1	Realização de ações de comunicação	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa.	Relatório de Atividades	DSBC
2	Monitorização trimestral	470.000	Número de visitantes/espectadores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalgarve.pt, pt-pt.facebook.com/DRCAlg)	DSBC/DAR
<b>Objectivo Operacional 010: Monitorizar os indicadores de desempenho das unidades homogéneas (imóveis afetos), de forma a garantir a sua comparabilidade.</b>					
Nr.	Actividades/	Indicadores			Responsabi-

	<b>Projectos</b>	<b>Meta</b>	<b>Indicador</b>	<b>meio de verificação</b>	<b>responsabilidade</b>
18	Relatórios de Monitorização	59 dias	Prazo para realização relatório anual, expresso em dias.	Relatório de Atividades; Relatório de Monitorização	DSBS/DAR

**Objectivo Estratégico 3: Assegurar a melhoria contínua no processo de cooperação regional**

**Objectivo Operacional Oo6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região**

NR.	Actividades/Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	3	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
14	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

**Objectivo Estratégico 4: Melhorar os processos de comunicação externa e interna**

**Objectivo Operacional OO1. Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg**

NR.	Actividades/Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
1	Realização de ações de comunicação internas e externas	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	Relatório de Atividades	DSBC/DAR
2	Monitorização trimestral	470.000	Número de visitantes/espetadores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho	DSBC/DAR

				das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentos do algarve.pt, pt-facebook.com/DRCAlg)	
<b>Objectivo Operacional OO2. Criar e continuar a desenvolver a imagem e linha editorial para as publicações e material promocional</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
3	Promoção e Divulgação	2	N.º de edições publicadas pela DRCAlg.	Relatório de Atividades / Contab	DSBC

**Objectivo Estratégico 5: Conservar, salvaguardar e valorizar os bens culturais**

<b>Objectivo Operacional OO3. Promover a salvaguarda, valorização e proteção do património cultural da região</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
4	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	8	N.º de procedimentos submetidos à DGPC de classificação de imóveis e ZEP	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
5	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	8	Número de ações de conservação e de requalificação do património	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC
6	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	4	N.º de processos de inventariação de Património Cultural Imaterial a acompanhar	Relatório de Atividades; Ulisses	DSBC

<b>7</b>	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	70%	Acompanhamento das intervenções de conservação e restauro nos imóveis classificados e património integrado (N.º de intervenções monitorizadas/N.º de intervenções*100)	Relatório de Atividades; Ulisses; Atas/Livros de Obra	DSBC
<b>8</b>	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	11	Prazo de apresentação do relatório das prioridades de intervenções de salvaguarda dos bens culturais da região, em meses.	Relatório de Atividades;	DSBC

**Objectivo Operacional OO6. Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região**

NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
<b>13</b>	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	2	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
<b>14</b>	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	7	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC

**Objectivo Estratégico oo6: Reforçar o valor percebido da cultura**

**Objectivo Operacional OO5: Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região**

NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
<b>10</b>	Apoio à criação artística nos vários domínios através do	<b>55</b>	Número de projectos de criação e produção	Relatório de Atividades; Contab; Gerfip	<b>DR/DAR</b>



	associativismo - Apoio à Ação Cultural		artística/cinematográfica apoiados		
<b>11</b>	Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo - Apoio à Ação Cultural	<b>20</b>	N.º de actividades, ações e eventos organizados e apoiados pela DRCAlg	Relatório de Atividades; Contab	<b>DR/DAR</b>
<b>12</b>	Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo - Apoio à Ação Cultural	<b>80%</b>	Taxa de eventos próprios acompanhados.	Relatório de Atividades; Contab	<b>DR/DAR</b>
<b>Objectivo Operacional OO6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
<b>13</b>	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	<b>2</b>	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas de rotas temáticas.	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC
<b>14</b>	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	<b>7</b>	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	DSBC
<b>Objectivo Operacional OO7: Adotar procedimentos de boas práticas no atendimento ao cidadão e monitorização do grau de satisfação dos cidadãos e clientes da DRCAlg e visitantes dos monumentos</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
<b>15</b>	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	<b>11</b>	Prazo de apresentação dos resultados de questionário aos visitantes dos monumentos com entrada controlada,	Relatório de Atividades; Contab	DSBC

			com tratamento dos respetivos dados, em meses.		
--	--	--	--	--	--

**Objectivo Estratégico 7: Democratizar o acesso à cultura**

<b>Objectivo Operacional OO1: Melhorar os sistemas de informação e comunicação da DRCAlg</b>					
Nr.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
1	Promoção e Divulgação	4	N.º de ações para melhorar comunicação interna e externa	Relatório de Atividades	DSBC
2	Promoção e Divulgação	470.000	Número de visitantes/ espectadores	Relatório de Atividades / relatório de indicadores de desempenho das unidades homogéneas / plataformas eletrónicas (cultalg.pt, monumentosdoalg arve.pt, pt-pt.facebook.com/D RCAlg)	DSBC
<b>Objectivo Operacional OO5. Promover o apoio e o acompanhamento das atividades culturais apoiadas na região</b>					
NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabi- lidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
10	Apoio à Ação Cultural	55	Número de projectos de criação e produção artística/cine matográfica apoiados	Relatório de Atividades; Contab; Gerfip	DR/DAR
11	Apoio à Ação Cultural	20	N.º de	Relatório de	DR/DAR

			actividades, ações e eventos organizados e apoiados pela DRCAlg	Atividades; Contab	
12	Apoio à Ação Cultural	80%	Taxa de eventos próprios acompanhados.	Relatório de Atividades; Contab	DR/DAR

### Objectivo Estratégico 8: Aumentar as receitas próprias

#### Objectivo Operacional OO4: Aumentar as receitas próprias

NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
9	Gestão Administrativa	3%	Aumento da receita cobrada no ano de 2016, em comparação a receita orçamentada para o ano de 2015 (Receitas cobradas em 2015/Receita orçamentada para 2015*100)	Relatório de Atividades; GerFip	DAR

#### Objectivo Operacional OO6: Concretizar parcerias que contribuam para a salvaguarda e valorização dos bens culturais e patrimoniais da região

NR.	Actividades/ Projectos	Indicadores			Responsabilidade
		Meta	Indicador	meio de verificação	
13	Património Arquitectónico, Arqueológico e Paisagístico	3	Número de propostas de candidatura ou Integração de candidaturas	Relatório de Atividades; Contab; Formulários	DSBC

			de rotas temáticas.		
<b>14</b>	Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico	<b>7</b>	N.º reuniões com entidades externas relativas a propostas de parceria.	Relatório de Atividades; Atas Reunião; Contab;	<b>DSBC</b>

### III. Atividades e projetos

Neste capítulo é apresentada a atividade a desenvolver pela Direção Regional da Cultura do Algarve para 2016 através dos seus serviços em torno de 4 pontos principais:

1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos;
2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos;
3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR;
4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.

#### 1. Atividades/projetos que concorrem diretamente para a prossecução dos objetivos estratégicos

Destacamos as atividades e os projetos que consideramos indispensáveis tendo em consideração as necessidades e fragilidades específicas da região, bem como o orçamento de 2016. Assim, na área da salvaguarda e valorização do património:

##### 1. 1 Actividades e projectos que concorrem para a prossecução dos objectivos estratégicos ao nível da salvaguarda e valorização dos Bens Culturais:

- Projeto de Valorização e Requalificação do Promontório de Sagres (2ª fase) – um projeto com a contrapartida nacional assegurada pelo Programa de Intervenção de Turismo, do Turismo de Portugal e pelo PO Algarve 21 no eixo do Património Cultural. Garantir a execução (física e financeira).
- Concretizar a candidatura do Promontório de Sagres a Marca do Património Europeu.
- Actualização e implementação dos Planos de Manutenção dos Monumentos afetos – permitindo realizar um trabalho de conservação preventiva, com duas vantagens claras: conservar continuamente o património e aumentar a oferta de qualidade de visita aos monumentos, o que previsivelmente incrementará a receita;

- Propor e analisar propostas de classificação e executar os procedimentos instrutórios de classificação e definição de ZEP de bens culturais imóveis localizados na região.
- Atualizar o inventário dos bens culturais imóveis da região e atualizar a respetiva cartografia georreferenciada e os conteúdos da base de dados do SI Ulisses.
- Investigação, registo e inventariação de manifestações do Património Cultural Imaterial que possam contribuir para o reforço da identidade regional. Analisar propostas e executar os procedimentos instrutórios de inscrição de bens culturais imateriais no INPCI.
- **Investimento em produtos e conteúdos dos monumentos afetos** – permitindo o aumento de oferta e, conseqüentemente, da receita;
- Continuar a implementação de **ações de articulação com o turismo** e com as autarquias para a valorização e divulgação patrimonial, objetivando a valorização e divulgação do património cultural através dos seguintes projetos: Castelos do Algarve, Plataformas para as Artes, Património e Cultura – Algarviana; Barómetro Regional das Artes e Cultura (BRACAlg); Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana - Castelos de Fronteira; Itinerário Virtual do Património Romano; Rotas do Património 'upgrade' da Rota de Al-Mutamid/Interreg V; 'upgrade' da Rota DESCUBRITER/Interreg V e Espaço Atlântico; preparação da candidatura Rota dos Castelos de Fronteira/Interreg V; Património Industrial Transfronteiriço.
- Salvaguarda dos Bens Culturais Imateriais e apoio à Tutela dos Museus da Rede Portuguesa de Museus/RPM, da Rede de Museus do Algarve/RMA e outros museus e coleções visitáveis;
- Intervenções em imóveis classificados afetos à DRC e em outros bens culturais classificados;
- Preparação e coordenação de projectos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em associação com o turismo (com entidades proprietárias, a AMAL, a Região de Turismo, o IEFP e a CCDRALgarve). Preparação de candidaturas de intervenção prioritária decorrentes do PRIPALG 2015 ao abrigo do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial.
- Desenvolver o projeto «Articular para Intervir», incorporando o contributo da DRCAlg para o plano de salvaguarda da Dieta Mediterrânica, dinamizando ações em torno da salvaguarda deste PCI da Humanidade da UNESCO.
- Promover o projecto de Valorização e Dinamização do património religioso do Algarve (em parceria com várias entidades: CCDRALg, AMAL, Universidade do Algarve, União das Misericórdias, Diocese do Algarve, IPDJ – Delegação Regional, IEFP- Delegação Regional) (organização de candidatura ao novo PO regional),

dirigido à valorização dos templos das comunidades religiosas do Algarve, corporizando o contributo da DRCAlg para o plano de TuRel e eventualmente para a iniciativa «Rota das Catedrais».

- Prestar apoio técnico às Misericórdias existentes na região em conformidade com o Protocolo de colaboração estabelecido entre o SEC e a União das Misericórdias Portuguesas.
- Viabilização através de investimento também público de intervenções em torno de rotas que podem contribuir para maior atratividade do património da região.
- Participar nas reuniões da Rede de Museus do Algarve.
- Instruir os procedimentos de incorporação em museus da Rede Portuguesa de Museus relativos aos espólios procedentes de trabalhos arqueológicos efetuados na região.
- Gerir as reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg (atualmente em depósito na Fortaleza de Sagres e nas instalações da DRC) e preparar a instalar reservas de materiais arqueológicos afetas à DRCAlg em Aljezur, em Vila do Bispo e em Castro Marim mediante a implementação de protocolos com as CM de Aljezur, de Vila do Bispo e de Castro Marim.
- Continuar o inquérito aos acervos de materiais arqueológicos existentes em depósitos, coleções visitáveis e museus fora da região.
- Viabilização da criação de um centro de reservas arqueológico do Algarve.

## **1.2. Na ação e educação cultural**

Na área do apoio à acção e educação cultural e à criação artística, consideramos indispensáveis na persecução da nossa missão e atribuições:

- O **apoio à acção cultural** – uma atividade que permite apoiar diversos agentes culturais regionais e colmatar as assimetrias regionais;
- **Projetos de Educação Artística e Patrimonial** – permite uma forte relação com as comunidades e, sobretudo, o alargamento de novos públicos e novos cruzamentos culturais;
- **Promover ações de criação artística e de cruzamentos disciplinares** – aliando a contemporaneidade e a tradição;
- **Realização de iniciativas no âmbito do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos (DiVaM)** a realizar nos monumentos afetos estando incluídas nas ações do programa quase duas dezenas de agentes culturais.
- Continuação da atribuição do **Prémio Maria Veleza**, iniciado em 2014.

- Continuidade do Concurso “Ler Com” em colaboração com a Direção de Serviços e Estabelecimentos Escolares do Algarve.
- Apoio a edições e a autores que promovam a história, património e cultura portuguesa.
- Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo.

### **1.3 Na estratégia e comunicação:**

Na área dos instrumentos de gestão cultural estratégicos para a região:

- Manter atualizado o **Plano Regional de Intervenções Prioritárias**;
- Promover e realizar estudo sobre os públicos culturais do Algarve;
- Dar continuidade à parceria com a Universidade do Algarve para o delinear da estratégia cultural regional;
- Verificar e definir com a Comissão de Coordenação da Região do Algarve – de acordo com o trabalho preparatório realizado em 2015, com o PROTAL, com o PRIPALG e com os trabalhos do Plano Estratégico de Cultura para o Algarve – no âmbito do CRESC e das verbas disponíveis e a sua aplicação nas prioridades regionais.
- Publicação dos relatórios das intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado.
- Promoção da publicação de estudos científicos sobre os bens culturais da região.
- Produção de Guias, de Roteiros e de outros materiais de divulgação para os monumentos afetos.
- Promover a visita aos monumentos afetos, nomeadamente através do estabelecimento de protocolos de parceria com outras entidades.
- Participar na Feira da Dieta Mediterrânica (em Tavira).

## **2. Atividades/projetos que não estão diretamente relacionadas com objetivos estratégicos**

Desenvolvimento de Manual de Procedimentos para os vários serviços, pelos próprios e introdução de procedimentos de modernização administrativa que facilitem a acessibilidade do cidadão.



**3. Atividades de suporte e correntes, que asseguram o normal funcionamento da organização e que são fundamentalmente da responsabilidade da DAR e da DSBC**

Entre outras tarefas decorrentes das atribuições da DRCAlg podemos ainda referir:

- Executar os procedimentos instrutórios de análise de requerimentos de PATA, de propostas de PIPA e de relatórios de trabalhos arqueológicos;
- Monitorizar o estado de conservação dos imóveis afetos atualizando os respetivos Planos de Manutenção;
- Executar os procedimentos instrutórios de salvaguarda/licenciamento de obras em imóveis e sítios classificados ou em vias de classificação, nas respetivas zonas de protecção e nas áreas com sensibilidade arqueológica;
- Acompanhar as intervenções arqueológicas decorrentes de PATA, incluindo a componente arqueológica das intervenções nos bens imóveis classificados e nos imóveis localizados nas zonas de protecção;
- Acompanhar as intervenções de conservação, restauro e reabilitação nos bens imóveis classificados e no património integrado.

Ao nível das actividades de suporte e correntes existem ainda as seguintes actividades e responsabilidades:

<b>Actividade de suporte:</b>		
<b>Planeamento Interno</b>		
<b>Actividades/Projectos</b>	<b>Calendário/periodicidade</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Actualização do plano anti-corrupção</b>	<b>2º trimestre de 2016</b>	<b>DSBC/DAR</b>
<b>Preparação do plano de actividades</b>	<b>novembro/dezembro</b>	<b>DSBC/DAR</b>
<b>Recolha dos dados para monitorização do QUAR</b>	<b>outubro/novembro</b>	<b>DAR/DSBC</b>
<b>Elaboração do relatório de actividades</b>	<b>março/abril</b>	<b>DAR/DSBC</b>
<b>Preparação do Mapa de Pessoal Anual</b>	<b>Anual</b>	<b>DAR/DR</b>
<b>Preparação do Balanço Social</b>	<b>março/abril</b>	<b>DAR/DR</b>
<b>Entrega da conta de gerência</b>	<b>março/abril</b>	<b>DAR/DR</b>

<b>Actividades correntes:</b>		
<b>Actividades</b>	<b>Calendário/periodicidade</b>	<b>Responsabilidade</b>
Reunião de coordenação interna	trimestral	DSBC/DAR

#### **4. Atividade dos grupos de trabalho internos e de representação institucional.**

A DRCAlg, pelas suas atribuições, desenvolve atividades de representação em estruturas nacionais. Nos quadros seguintes, está referida a atividade de representação nesses grupos e comissões de cooperação, com indicação das unidades orgânicas da DRCAlg que as asseguram, e ainda a atividade em grupos de trabalho internos com uma previsão do número de reuniões anuais.

<b>Grupos de Trabalho Internos</b>			
<b>Conselho/Comissão/Grupo</b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Nr. de reuniões (ano)</b>
Comissão de Apoio à Edição	Comissão criada em 2014 com júri externo à DRCAlg para deliberação de apoios	Diretora e Dr. <sup>a</sup> Natércia Magalhães	03
Grupo do Património Religioso e Turismo	Grupo criado tendo em vista o desenvolvimento do património religioso em rede, com participação da Diocese do Algarve, da União das Misericórdias, IEPF e Região de Turismo do Algarve	Diretora e Dr. <sup>a</sup> Natércia Magalhães	03
<b>Grupos de Trabalho Externos Nacionais e Regionais</b>			
<b>Conselho/Comissão/Grupo</b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Nr. de reuniões (ano)</b>
Comissão de Acompanhamento regional da Dieta Mediterrânica/CCDrAlg e Presidente da Câmara Municipal de Tavira	Candidatura de Tavira à UNESCO e consagração como Património Imaterial da Humanidade	Diretora	04
GT PRVPS	Projeto de Requalificação e	DSBC, DAR, Luciano Rafael, Cristina	10

	Valorização do Promontório de Sagres	Farias, Luisa Leonor	
Rede de Museus do Algarve (rede informal)	Rede criada no âmbito dos museus da região que inclui vários grupos de trabalho e procura dinamizar uma intervenção e investigação conjunta no território	DSBC	10
<b>Grupos de Trabalho Externos Internacionais</b>			
<b>Conselho/Comissão/Grupo</b>	<b>Enquadramento</b>	<b>Unidade Orgânica</b>	<b>Nr. de reuniões (ano)</b>
Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do CNC	CNC	Diretora	06-09
Secção de Museus, Conservação, Restauro e Património Imaterial do CNC	CNC	Diretora	06-09

A participação em comissões organizadoras e científicas nos domínios de encontros, seminários e workshops em torno do património e da cultura é também uma constante ao longo do ano, assumindo participação quer ao nível da Direção, quer dos técnicos especializados.

#### IV. Recursos Humanos e Financeiros

Para o Orçamento de Funcionamento foi atribuído um valor total de € 908.362 sujeito a uma cativação de 22.710€ a que corresponde uma verba disponível de €885.652.

A Receita Própria proveniente da venda de bens e serviços, inscrita para 2016 totaliza € 720.000.

O Orçamento de Funcionamento desenvolve-se por Atividades e Projetos a saber:

##### **No Domínio da Ação Cultural e Artística:**

Atividades 106 – Qualificação, Promoção e Divulgação Cultural, com uma verba inscrita no total de € 220.563, suportada pelas FF 123 e 167 destinada a financiar:

- Ação Cultural e criação artística – Apoio à criação artística nos vários domínios através do associativismo;
- DiVaM (3ª edição do Programa de Dinamização e Valorização dos Monumentos do Algarve): Programação em rede dos Monumentos do Algarve envolvendo os agentes culturais da região dos vários domínios artísticos, com uma programação entre março e dezembro, que reduz intensidade durante os meses de julho e agosto, em que o turismo é muito acentuado e com outras motivações, assim como, outras ofertas muito alargadas. Projeto DiVaM – 2016 terá como tema central – O Património Imaterial e Raízes Mediterrânicas;
- Apoio através da ação cultural aos festivais e ciclos regionais de cinema desenvolvidos na região (cineclubes e outros);
- Apoio à organização de um Encontro de Orquestras Juvenis do Algarve (com a participação das Escolas de música e conservatórios do Algarve);
- **Reforço público da importância da cultura para a região através de incentivos e espaços de debate:**
- Prémio Maria Veleda, criado em 2014, o Prémio promove personalidades que na região se tenham destacado na cultura, pela promoção de valores associados à igualdade de género e de oportunidades. Prémios – Mulheres criadoras de Cultura no Algarve, Estudos sobre Públicos de Cultura;
- Parceria "Café Com Letras": continuação do projecto de parceria com a Universidade do Algarve e a FNAC, que em conjunto programam connosco um encontro cada primeira sexta-feira do mês, às 18h;
- Comemoração regional do Dia Nacional das Bandas Filarmónicas em parceria com a Fundação Inatel (2ª edição).

- **Promoção do Livro, da Leitura e das edições de âmbito regional na relação com a cultura e o património da região;**
- Concurso "Ler Com" em colaboração com a Direção de Serviços e Estabelecimentos Escolares do Algarve;
- Continuação da Comissão de Apoio à Edição e das publicações no âmbito da linha editorial criada para a Direção Regional de Cultura do Algarve.
- **Educação pelas Artes e pelo Património – Projetos Educativos:**
- Para\_Ti: Desenvolvimento de um projecto educativo associado às artes e ao património do Algarve destinado ao 1º ciclo e que tenha como objectivo contribuir para a integração de grupos desfavorecidos ou necessidades especiais educativas em parceria com a DGeste (dependente de financiamento por candidatura);
- Definição de projecto educativo associado ao património do Algarve (temas como património cultural imaterial e os castelos, fortalezas e fortificações).

#### **Na Formação dos Profissionais:**

- Atividade 108 – Museus Património Móvel e Imaterial, com uma verba inscrita de € 1.688, suportada pela FF 123, para realização de Formações/Seminários - Continuação do apoio e promoção de ações de formação dirigidas aos técnicos das unidades museológicas da Rede de Museus do Algarve. Continuidade de ofertas formativas aos técnicos de cultura, património, museus e turismo.

#### **Salvaguarda, valorização e proteção do património cultural: bens culturais imóveis**

- Atividade 109 – Património Arquitetónico, Arqueológico e Paisagístico.
- Conclusão do Projeto de Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (finalização das ações da 2.ª fase). Desenvolvimento da Exposição de longa duração do novo Centro Expositivo da Fortaleza de Sagres sobre “A Viagem”;
- Instrução dos procedimentos de autorização e fiscalização e acompanhamento dos trabalhos arqueológicos na região;
- Apoio técnico e coordenação de projetos regionais que possibilitem a valorização do património religioso do Algarve em curso;
- Actualização anual do Plano Regional de Intervenções Prioritárias (PRIPAlg) com o apoio dos municípios do Algarve;
- Apoio e acompanhamento dos projetos de intervenção decorrentes do mapeamento desenvolvido e aprovado no âmbito do CRESC Algarve 2020 (PO Regional);

- Desenvolvimento dos procedimentos necessários à fixação e definição dos conteúdos das zonas de proteção dos imóveis classificados;
- Promoção de ações de divulgação e valorização dos bens imóveis e móveis sob gestão da DRCAlg.

#### **Rotas temáticas (com recurso a candidaturas a fundos como o Interreg 5A e PORegional:**

- Castelos do Algarve: Obras de valorização e consolidação dos Castelos do Algarve sob responsabilidade da DRCAlg: Paderne (com necessidade de salvaguarda urgente), Aljezur e Loulé. Desenvolvimento de ações de interpretação, promoção e divulgação da sua história;
- Rota de Al-Mutamid II: O Turismo Cultural como instrumento de valorização do património histórico e da cultura, bem como motor de desenvolvimento para o Alentejo, Algarve e Andaluzia. Trata-se da continuidade da Rota já iniciada com os parceiros da Andaluzia e acrescentando outros territórios e lugares;
- Fortificações de Fronteira: Fomento do Turismo Cultural Transfronteiriço Criação de um itinerário transfronteiriço correspondente a um conjunto das fortificações baixo e tardomediavais do sudoeste peninsular;
- Itinerário Virtual do Património Romano: Descrição das Ruínas Romanas de Milreu - Gestão da informação arqueológica utilizando as mais modernas metodologia adaptadas à arqueologia;
- Património Industrial Transfronteiriço: Inventário do Património Industrial. Elaboração de planos diretores de património. Congresso Transfronteiriço de gestão e proteção de património.

#### **Na Cooperação, Internacionalização e Comunicação - Cooperação intraregional**

- Identificação de parcerias territoriais com vista à maior fiscalização e salvaguarda do património cultural em zonas de proteção (fora das zonas urbanas elaboração de protocolo com GNR, equipa do SEPNA).

**Na Promoção do desenvolvimento e da participação em parcerias e redes que possibilitem um trabalho conjunto entre vários níveis de administração e equipamentos culturais, e Desenvolvimento de narrativas culturais, patrimoniais e artísticas em rede:**

- Apoio a projecto de criação artística que tem por base a criação de uma proposta de criação nova conjunta para uma rede de equipamentos que possa circular pelos auditórios do Algarve até fora da região:
- Rede regional de património religioso e turismo (Diocese, União de Misericórdias, AMAL, IEF, UALG, CCDR e DRCAlg), com vista à promoção de candidaturas ao PO regional que viabilizem a interpretação, valorização e interpretação deste património no Algarve.
- Continuação da participação na rede dos Museus do Algarve e na rede "articular para intervir" criada pela CCDRALg no âmbito da Dieta Mediterrânica, património da Humanidade.

#### **Na Continuação da afirmação e reconhecimento europeu e internacional do património e cultura do Algarve:**

- Divulgação e promoção do Promontório de Sagres como Marca do Património Europeu;
- Desenvolvimento da candidatura conjunta dos "Lugares da Primeira Globalização" a Património Mundial como forma de salvaguarda e valorização da história e do património associado ao Algarve como território de descoberta do 'Novo Mundo'. Constituição do modelo de gestão e do grupo de trabalho que envolve 8 municípios da região.

#### **Inovação, conhecimento e serviços – Modernização da comunicação em Cultura e desenvolvimento de plataformas de TIC e indicadores para a Cultura, Artes e Indústrias Criativas:**

Esta Atividade é suportada pelas FF 123, 129, 169 e 218, num total de €3.227.942€.

- Barómetro Regional das Artes e Cultura: Criação de um Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve (BRACALG) (informação estatística) – integração em candidatura conjunta ao PO Regional de um projecto com vista à sistematização de vários indicadores para medir e avaliar a Cultura e as ICC na região, que seria de interesse desenvolver com recurso a várias parcerias: CRIA/Universidade do Algarve, CCDRALg, INE, DRCAlg;
- Plataforma de promoção das Artes, Património e Cultura – Algarviana: Criação de uma Plataforma Digital Regional das Artes e Cultura (identificação e georreferenciação dos equipamentos, monumentos, vestígios arqueológicos, das

rotas, agenda, associações, empresas, associações, produção cultural e indústrias culturais e criativas na região);

- Agenda Regional para a Cultura (Cultura +): Projeto intermunicipal de agregação das agendas municipais e de mais organismos dinamizadores de oferta cultural na região  
Plataforma digital. Parceiros: AMAL/Municípios/DRCAlg/RTA.
- Atividade 258 – Gestão Administrativa – suporta todos os encargos com Pessoal, funcionamento corrente, bem como os projetos co-financiados Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira; Itinerário Virtual do Património Romano; Al-mutamid II – Despesas pessoal e Património Industrial Transfronteiriço, pelas FF 111, 123, 167 e 221, num total de €1.382.176.

Dividindo-se da seguinte forma os encargos com pessoal:

FF 111 – Encargos com Pessoal – € 885.652

FF 123 – Encargos com Pessoal – € 36.659

FF 167 – Encargos com Pessoal – €10.000

FF 221 – Encargos com Pessoal – €20.000

Destacamos no Orçamento os seguintes projetos co-financiados a saber:

O projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres (2ª fase)”, com a seguinte divisão:

FF 129 – PIPITAL – € 892.283

FF 169 – PIT – € 1.243.300

FF 218 – QREN – € 1.061.134

O projeto da Promoção do Turismo Sustentável no Baixo Guadiana – Castelos de Fronteira – “Itinerário Cultural das paisagens e castelos Baixo e Tardomedievais do sudoeste peninsular”

FF 167 – € 2.500

FF 221 – € 7.500

O projeto Itinerário Virtual do Património Romano

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Al-mutamid II – Despesas pessoal

FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

O projeto Património Industrial Transfronteiriço



FF 167 – €2.500

FF 221 – €7.500

**a. Orçamento de funcionamento (documento em anexo)**

**b. Mapa de pessoal (em anexo)**

Relativamente aos recursos humanos, para 2016 temos um mapa de pessoal aprovado com 43 trabalhadores, correspondente a mais 4 postos de trabalho.

Vamos desencadear os procedimentos para a colocação em regime de mobilidade de 4 Técnicos Superiores e 3 Assistentes Administrativos, com base no n.º 1 do art.º 29.º da Lei 35/2014 de 20/06 – "Os órgãos e serviços prevêem anualmente o respetivo mapa de pessoal, tendo em conta as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução."

Também vamos proceder à consolidação da mobilidade de 1 Eng.º Civil para substituir o trabalhador que se reformou em 2015;

**d. Plano de Formação (em anexo)**

Para o Plano de Formação 2016, a Direção Regional de Cultura do Algarve dispõe da seguinte verba:

- €2.250 - Formação TIC (GERFIP e outros)

- €3.375 - Formação Outros

## V. Conclusões

### V.1 Metodologia de trabalho

O processo de elaboração do Plano teve início com a informação junto dos técnicos superiores e coordenadores sobre a necessidade de recolha de dados para promover o levantamento, em todas as Unidades Orgânicas, dos dados dos respetivos projetos e atividades a desenvolver em 2016, bem como dos recursos necessários à sua implementação, quer fossem da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, quer tivessem uma responsabilidade partilhada.

A informação obtida foi sistematizada e harmonizada, num processo de diálogo com as unidades orgânicas e foi sendo submetida à apreciação superior, tendo daí resultado o presente documento final, associado à proposta de orçamento e a definição das opções para a cultura na região.

A coordenação do processo de elaboração do presente Plano de Atividades foi da responsabilidade da Directora Regional, com o apoio da DAR (Divisão de Administração de Recursos) para a recolha os dados respeitantes aos recursos humanos e financeiros, e do Director de Serviços de Bens Culturais (DSBC) para a definição das actividades e projectos associados aos bens culturais.

### V.2 Considerações finais

O plano de actividades é um documento principal de orientação da actuação da Direção Regional pelo que reflecte não só a actividade a desenvolver, mas também as condicionantes da mesma, pelo que se sistematizam alguns pontos críticos identificados.

#### **Dificuldades/Constrangimentos:**

- Uma das principais dificuldades resulta do elevado investimento público que deve ser efectuado anualmente para a preservação e manutenção do sítio pelas características da envolvente ambiental que tornam o clima muito agreste à salvaguarda dos seus equipamentos.
- A escassez de fundos públicos e de mecenato cultural na região dificultam a angariação de outras fontes de financiamento.

### **Trunfos/Oportunidades:**

- Tem havido um esforço conjunto da CCDR Algarve e do Turismo de Portugal para a disponibilização de fundos comunitários e de investimento nacional, tendo em vista a salvaguarda e a valorização deste Património que se acredita da Humanidade.
- Existe uma relação de grande proximidade com a autarquia local (Vila do Bispo) e têm sido feitas boas parcerias no desenvolvimento de visitas de estudo e de actividades tendo em vista a sensibilização e promoção do local como património de valor universal.
- Sagres é reconhecido como um sítio 'must-see' pelos operadores turísticos e pelo turismo da região, e os seus valores culturais e ambientais têm sido objecto de promoção pelas várias entidades locais e regionais com responsabilidades na região nestes domínios, incluindo Associações de Desenvolvimento Regional que aí associam eventos com dinâmicas de turismo de natureza e ecoturismo, como é o caso do Festival do Bird Watching e da Bienal do Turismo de Natureza.

Relativamente à concretização da proposta deste Plano de Atividades, nestas notas finais gostaríamos de reforçar quatro aspetos que nos parecem fulcrais no cumprimento da nossa missão e das nossas atribuições:

1. a necessidade de preencher o Mapa de Pessoal, respetivamente nas áreas da salvaguarda e da receção e vigilância dos monumentos;
2. a necessidade de investirmos na manutenção corrente dos monumentos afetos, permitindo evitar futuras intervenções de fundo muito mais onerosas;
3. a necessidade de diversificar e dinamizar a oferta dos produtos culturais das lojas para aumentar a receita;
4. a necessidade de concretizar a 2.<sup>a</sup> fase do projeto de “Requalificação e Valorização do Promontório de Sagres”, uma vez que o investimento será na totalidade suportado pelo Programa de Intervenção do Turismo e por fundos comunitários, através do QREN.

Conscientes da necessidade de contribuir para a diminuição do défice do Estado, finalizamos informando de que apesar desses constrangimentos a preocupação na elaboração desta proposta de Plano de Atividades foi a de manter a qualidade do serviço público prestado. No entanto, a diminuição da capacidade de investimento na região

penaliza o cumprimento da nossa missão e atribuições e faz perigar a atividade cultural regional e a salvaguarda e valorização do património.

Na definição deste plano e orçamento tentou-se assegurar os mínimos aceitáveis de apoio à atividade cultural na Região através da manutenção da verba do apoio à Ação Cultural e de minorar a quase ausência de verba para a manutenção e valorização dos monumentos afetos, bem como para intervir nos edifícios prioritários definidos no Plano Regional de Intervenções Prioritárias. Importa, igualmente, mencionar a ausência de orçamento de investimento para a possibilidade de candidatura ao CRES 2014-2020.

Faro, março de 2016

A Diretora Regional,



*Alexandra Rodrigues Gonçalves*

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 08 - CULTURA

Secretaria: 0 - CULTURA

Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA CULTURA

Divisão: 04 - DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
009	036			CULTURA										
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA										
			01	DESPESAS COM O PESSOAL										
			01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES										
		2053	01.01.03	PESSOAL DOS QUADROS-REGIME DE FUNÇÃO PÚBLICA	445 847	5 500		20 000						471 347
			01.01.09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	130 289	500								130 789
			01.01.10	GRATIFICAÇÕES	1 400									1 400
			01.01.11	REPRESENTAÇÃO	14 277									14 277
			01.01.13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	5 859	36 159								42 018
			01.01.14	SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DE NATAL										
			01.01.14.SF	SUBSÍDIO FÉRIAS	51 495									51 495
			01.01.14.SN	SUBSÍDIO NATAL	51 495									51 495
			01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS										
			01.02.02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	1 200									1 200
			01.02.04	AJUDAS DE CUSTO	2 500									2 500
			01.02.05	ABONO P/ FALHAS	7 249									7 249
			01.02.14	OUTROS ABONOS EM NUMERÁRIO OU ESPÉCIE	4 019									4 019
			01.03	SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	739									739
			01.03.05	CONTRIBUIÇÕES P/ A SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.05.A0	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL										
			01.03.05.A0.A0	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	161 762									161 762
			01.03.05.A0.B0	SEGURANÇA SOCIAL	7 521									7 521
				<b>Total do agrupamento</b>	<b>885 652</b>	<b>42 159</b>		<b>20 000</b>						<b>947 811</b>
			02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES										
			02.01	AQUISIÇÃO DE BENS										
			02.01.02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		10 056								10 056
			02.01.04	LIMPEZA E HIGIENE		2 250								2 250
			02.01.07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS		6 188								6 188
			02.01.08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO		5 901								5 901
			02.01.16	MERCADORIAS PARA A VENDA		14 063								14 063
			02.01.21	OUTROS BENS		7 425								7 425
			02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS										
			02.02.01	ENCARGOS DAS INSTALAÇÕES		58 523								58 523
			02.02.02	LIMPEZA E HIGIENE		20 250								20 250
			02.02.03	CONSERVAÇÃO DE BENS		91 688								91 688
			02.02.06	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE		7 763								7 763
			02.02.09	COMUNICAÇÕES										
			02.02.09.A0	ACESSOS A INTERNET		2 925								2 925
			02.02.09.C0	COMUNICAÇÕES FIXAS DE VOZ		1 013								1 013
			02.02.09.D0	COMUNICAÇÕES MÓVEIS		2 025								2 025

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 08 - CULTURA

Secretaria: 0 - CULTURA

Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA CULTURA

Divisão: 04 - DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
009	036			CULTURA										
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA										
			02.02.09.F0	OUTROS SERVICOS DE COMUNICACOES		2 250								2 250
			02.02.10	TRANSPORTES		1 800								1 800
			02.02.11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS		1 688								1 688
			02.02.12	SEGUROS										
			02.02.12.B0	OUTRAS		3 983								3 983
			02.02.13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS		11 945		2 500						14 445
			02.02.15	FORMAÇÃO										
			02.02.15.A0	TECNOLOGIAS DA INFORMACAO E COMUNICACAO - TIC		2 250								2 250
			02.02.15.B0	OUTRAS		3 375								3 375
			02.02.16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES		1 688								1 688
			02.02.17	PUBLICIDADE		3 375								3 375
			02.02.18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA		847								847
			02.02.19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA										
			02.02.19.A0	EQUIPAMENTO INFORMatico - HARDWARE		20 250								20 250
			02.02.19.B0	SOFTWARE INFORMatico		10 537								10 537
			02.02.19.C0	OUTROS		563								563
			02.02.20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS										
			02.02.20.A0	SERVICOS DE NATUREZA INFORMatica		2 813								2 813
			02.02.20.B0	PAGAMENTOS A ESPAP, IP		59 963								59 963
			02.02.20.C0	OUTROS		57 626		7 500						65 126
			02.02.22	SERVIÇOS DE SAÚDE		830								830
			02.02.25	OUTROS SERVIÇOS		1 913								1 913
				<b>Total do agrupamento</b>		<b>417 766</b>		<b>10 000</b>						<b>427 766</b>
			04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES										
			04.07	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS										
			04.07.01	INSTITUIÇÕES S/ FINS LUCRATIVOS		160 000								160 000
			04.08	FAMÍLIAS										
			04.08.02	OUTRAS										
			04.08.02.B0	OUTRAS		10 000								10 000
				<b>Total do agrupamento</b>		<b>170 000</b>								<b>170 000</b>
			06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
			06.02	DIVERSAS										
			06.02.01	IMPOSTOS E TAXAS		10 000								10 000
			06.02.03	OUTRAS										
			06.02.03.R0	RESERVA		18 000								18 000
				<b>Total do agrupamento</b>		<b>28 000</b>								<b>28 000</b>
			07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL										
			07.01	INVESTIMENTOS										
			07.01.07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA										

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS INTEGRADOS

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

Ministério: 08 - CULTURA

Secretaria: 0 - CULTURA

Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA CULTURA

Divisão: 04 - DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONÓMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)		
					RECEITAS GERAIS	RECEITAS PRÓPRIAS	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
009	036			CULTURA										
				SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS - CULTURA										
			07.01.07.A0	ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO										
			07.01.07.A0.A0	HARDWARE DE COMUNICACOES		11 850								11 850
			07.01.08	SOFTWARE INFORMÁTICO										
			07.01.08.A0	ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO										
			07.01.08.A0.A0	SOFTWARE DE COMUNICACOES		17 500								17 500
			07.01.09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO										
			07.01.09.A0	ADMINISTRACAO CENTRAL - ESTADO										
			07.01.09.A0.B0	OUTROS		1 500								1 500
			07.03	BENS DE DOMÍNIO PUBLICO										
			07.03.05	BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL		31 225	2 135 583	1 061 134						3 227 942
				<b>Total do agrupamento</b>		62 075	2 135 583	1 061 134						3 258 792
				<b>Total da medida</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369
				<b>Total do programa</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369
				<b>Total da divisão</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369
				<b>Total do capítulo</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369
				<b>Total das Atividades</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369
				<b>Total do ministério</b>	885 652	720 000	2 135 583	1 091 134						4 832 369

## Mapa de Pessoal 2016 (art.º 5.º LVCR)

*Após o mapa do pessoal preparei um pequeno da ocorrência de serviços organizados em rede a nível*

Atribuições/competências/atividades	Unidade orgânica (1)	Cargos/carreiras/categorias							Nº de postos de trabalho	OBS (a,b)	
		Director-Regional	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Coordenador técnico	Assistente técnico	Assistente operacional 1			Área de formação académica e/ou profissional
Direção - Coordenação	Direção Regional - Decreto-Lei nº 114/2012, 25/5	1								1	
Realização de acompanhamento de estruturas associativas locais; Grandes opções do Plano - Barómetro Regional para as Artes e Cultura do Algarve; Plataforma Regional das Artes e Cultura					1				Assessoria/Comunicação	1	
Acompanhamento de estruturas profissionais e projetos co-financiados					1				Economia		
Motista da Direção. Apoio logísticos nas deslocações e material.								1	Motorista		
Secretariado da Exma Senhora Diretora Regional							1		Secretária		
			1	0	0	2	0	1	1	5	
Direção - Coordenação	Direção de Serviços dos Bens Culturais - Portaria 227/2012, de 3 de agosto		1							1	
Elaboração de pareceres na área de engenharia civil, realização de planos de manutenção, acompanhamento da execução de obras de e de execução dos planos de manutenção dos monumentos afetos.						1			Engenharia Civil	1	
Elaboração de pareceres na área de imóveis classificados e em vias de classificação, realização de estudos sobre o património cultural algarvio e sobre os monumentos afetos, acompanhamento de grupos											
Serviço educativo dos monumentos.					4				História	4	
Elaboração de pareceres na área da salvaguarda e de PATA e relatórios de arqueologia, realização de trabalhos arqueológicos nos monumentos afetos											
Apoio aos eventos e à comunicação da DRC Algarve - Newsletter, blog, facebook e página web.											
Elaboração de pareceres na área da salvaguarda e de PATA, fiscalização de trabalhos arqueológicos.					1				Arqueologia	1	
Gestão das lojas e merchandising dos monumentos e colaboração no inventário nacional de património cultural imaterial (INPCI). Acompanhamento das atividades de dinamização dos monumentos afetos.					1				Sociologia	1	
Elaboração de pareceres de salvaguarda, realização de estudos e projetos, elaboração dos planos de intervenção prioritária nos monumentos da região.						2			Arquitectura	2	
Elaboração de pareceres de salvaguarda, realização de estudos e projetos, acompanhamento de intervenções em bens culturais imóveis classificados.											
Apoio Administrativo à DSBC, nomeadamente aos processos de salvaguarda.								2	Administrativa	2	
Apoio Administrativo à DSBC, nomeadamente na gestão dos monumentos, pessoal e gestão corrente.											
Apoio na elaboração de cartografia na área da salvaguarda e monumentos afetos e realização de trabalhos na área do desenho técnico								1	Desenho	1	
2px - abertura de monumento - Ruínas Romanas de Milreu. Quando 1 trabalhador está de férias é necessário o outro realizar trabalho extraordinário											
1px - Abertura Monumento da Ermida de Nossa Senhora da Guadalupe								11	Recepção	11	
8px - Abertura Monumento da Fortaleza de Sagres (7 dias por semana)											
Contrato de 115 horas mensais, vigilância nocturna da Fortaleza de Sagres							4	Vigilância	4	b) 4 trabalhadores	
Abertura e Vigilância do Auditório da Fortaleza de Sagres							1	Vigilância	1		
Limpeza das instalações de Milreu							1	Limpeza	1	b) 1 trabalhador	

*30/12/2015*

**João Soares**  
Ministro da Cultura



## DIREÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE

## Mapa de Pessoal 2016 (art.º 5.º LVCR)

Atribuições/competências/actividades	Unidade orgânica (1)	Cargos/carreiras/categorias							Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho	OBS (a,b)
		Director Regional	Director de serviços (1)	Chefe de divisão (1)	Técnico superior	Coordenador técnico	Assistente técnico	Assistente operacional 1			
		0	1	0	9	0	14	6		30	
<b>Direção - Coordenação</b>				1						1	
Realização dos mapas contabilísticos mensais e registo na DGO e SIGO. Acompanhamento dos pedidos na área financeira realizados pela tutela, Secretaria-Geral e GEPAC, bem como às comunicações previstas na legislação. Execução financeira dos orçamentos de Funcionamento e Investimento, acompanhamento financeiro do PRVPS, inscrição em orçamento das verbas provenientes do PIT, PIPITAL, FEDER e POCTEP. Registo das Alterações Orçamentais, Créditos Especiais, RAPs e RNAPs. Movimentação das garantias bancárias, reconciliações bancárias	Divisão de Administração de Recursos				1				Gestão/Economia	1	
Coordenação da Fortaleza de Sagres. Acompanhamento físico e financeiro do PRVPS. Aquisição de mercadorias para venda nas lojas dos monumentos afetos e seu registo no Gerfip. Apuramento da receita realizada nos monumentos e apresentação de resultados da mesma.					1				Gestão financeira	1	
Apoio jurídico a todas as áreas da DR Algarve - pessoal, associativismo e salvaguarda, acompanhamento dos procedimentos de aquisição de serviços.					1				Direito	1	
Apoio aos Recursos Humanos e Contabilidade. Realização de processos de despesa financeiros, arquivo, atendimento. Formação do pessoal. Realização dos procedimentos para participação nos procedimentos de acordo Quadro. Tratamento dos requerimento de Certidões de Direito de preferência.							1		Administrativa	1	
Coordenação técnica da área financeira. Realização dos processos de despesa financeira, Emissão da receita e registo da mesma no Gerfip e no SGR. Controlo do Homebanking. Emissão de faturas. Contacto os fornecedores. Preparação e movimentação do IVA no Portal das Finanças. Registo da movimentação das viaturas na ANCP, bem como registo mensal na NAS dos gastos com os encargos das instalações e comunicações da sede e monumentos afetos e outras.		Secção de Recursos Financeiros e Logísticos - Despacho 11147/2012, de 16 de agosto					1			Administrativa	1
Coordenação técnica da área dos recursos humanos. Elaboração dos vencimentos, gestão de férias faltas e licenças, assiduidade, informação e processamento de abonos, resposta aos mapas previstos na legislação e solicitados superiormente na área de recursos humanos sempre que necessários. Registos e movimentações para actualização do Inventário. Balanço Social e outras.	Secção de Recursos Humanos, Expediente e Arquivo - Despacho 11147/2012, de 16 de agosto					1			Administrativa	1	
Expediente, Arquivo, Atendimento ao Público e Telefónico								1		1	
		0	0	1	3	2	1	1		8	
		1	1	1	14	2	16	8		43	

(1) Identificar diploma legal que criou o cargo

(a) - mencionar número de postos de trabalho a preencher com relação jurídica por tempo determinado

(b) - mencionar número de postos de trabalho a tempo parcial

Plano de Formação 2016

ÁREA	FORMANDOS				NOTAS
	Dirigente	Téc. Sup.	Ass. Téc.	Ass. Oper.	
Formação de dirigentes	1				
Assuntos Europeus e cooperação		1			
Gestão Organizacional		1			
Gestão de Pessoas		1	1	1	
Assuntos Jurídicos		1	1		
Contabilidade e Finanças	1	1	1		
Liderança e desenvolvimento Pessoal	1	1			
Tecnologias de informação		1	2	1	
Edificação e urbanização		1			
Património	1	1			
Sistema de informação Geografica		1			
Cultura		1			
Formação Parceria com IEPF			4	3	